

GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro – *Católicos e política (1870-1910): o pensamento e a acção do Conde de Samodães*. Pref. de Luís A. de Oliveira Ramos. Maia: Centro de Publicações do Instituto Superior da Maia, 2004. 452 p.

Nesta vasta obra, que aliás resume uma vastíssima investigação, Eduardo Cordeiro Gonçalves leva a cabo o que atemorizaria muitos, ou seja, apresentar o pensamento e a acção do 2º Conde de Samodães, Francisco de Azeredo Teixeira de Aguiar (1828-1918). O temor viria da imensidão de referências necessárias para definir personagem tamanha. Na verdade, não houve recanto da vida político-religiosa portuguesa que, desde o Cabralismo aos primeiros tempos da República, ficasse alheio à análise, à ideia e à intervenção do mais persistente condutor do “movimento católico” entre nós. Em jornal, em opúsculo e em livro, próprio ou traduzido, de tudo tratou nesse âmbito, que aliás alargou, com genuína modernidade.

Da incansável pesquisa que gerou esta obra, dá boa conta o seu orientador académico, Professor Doutor Oliveira Ramos (cf. Prefácio). Do desenvolvimento da obra acabada dá conta o circunstanciado índice. Abre com a exposição do “Objecto, métodos e fontes” (p. 15 ss); prossegue com a 1ª Parte, sobre a “Família, formação e acção política” (p. 25 ss); a 2ª e mais extensa, “Entre o catolicismo integrista e o liberalismo católico” (p. 87 ss); para chegar à “Síntese conclusiva” (p. 335) e às “Fontes e Bibliografia”, largo e bem repartido manancial de informações úteis para os estudiosos desta temática e período, ambos ainda por desvendar entre nós.

O que a figura de Samodães evidencia por excelência e Cordeiro Gonçalves muito bem aprecia é a profundidade do debate interno do catolicismo português da época, ainda longe de ser suficientemente reconhecido na historiografia corrente. E o Autor situa correctamente Samodães: “Ora, face às fracturas que marcam entre nós o catolicismo de Oitocentos, visíveis nas diversas sensibilidades católicas, umas revendo-se num ‘legitimismo católico’, persistentemente ‘intransigente’ com o liberalismo, outras, como o fez Samodães, agindo com vista à compatibilização da doutrina cristã com o liberalismo, o orbe católico mantém, todavia, um elo de união em torno do Papa. Conhecido o seu romanismo e proximidade ao Vaticano, Samodães é, com efeito, um caso modelar desse duplo acatamento da autoridade papal e do poder liberal” (p. 336).

Aliás, como refere o Autor, Samodães não pode ser considerado um “católico liberal” sem mais (cf. p. 198), porque a sua posição de raiz é a de distinguir entre religião e política, de tal modo que nenhuma pode adjectivar convenientemente a outra. Precisamente aqui radica a autonomia da sua posição. Liberal ou constitucional quanto ao regime político, era absolutamente católico e romano quanto à religião, podendo aproximar-se neste plano de outros católicos que não perfilhavam a sua opção política e de regime. Aqui reside precisamente a originalidade do biografado. Custosa na época e entre nós, agiganta-lhe a figura e a contribuição para o futuro que hoje vivemos.

Como quem procura, no entanto. A posição de Samodães face à utilidade dum “partido católico” em Portugal contém ainda hesitações. Como refere o Autor: “Não se olvide, todavia, o aplauso à eleição de um número significativo de deputados pelos partidos rotativos [nos anos oitenta], cujo posicionamento em matérias religiosas inspirava a manifesta ‘confiança dos católicos’, caso que leva Samodães a referir a situação como se se tratasse de um ‘autêntico partido católico activo’, prenunciando, deste modo, o futuro Centro

Católico Parlamentar” (p. 247). Diríamos aqui que alguma indecisão face ao “partido católico” revela em Samodães a intuição do lugar moderno da religião na sociedade, que Leão XIII (1878-1903) apontaria em termos de “instilação ou inspiração” do espírito evangélico, em partidos e lugares diversos.

Mas, sendo assim, como se conjuga esta intenção com o apoio de Samodães ao Partido Nacionalista, no começo do século XX? Apoio evidenciado por Cordeiro Gonçalves nestes termos: “Com efeito, verifica-se também entre nós a ‘gestação’ de uma estrutura político-partidária, processo que não deixa de assinalar divergências internas no movimento nacionalista, nomeadamente entre os apologistas da associação cívico-política de católicos, cuja acção deveria incidir só sobre a defesa do catolicismo à margem do partido [...] e os defensores da formação partidária conservadora, com ‘ambições globais’ e de concorrência com outras formações políticas. De facto, liderados por Jacinto Cândido e pelos condes de Bretiandos e Samodães, os defensores daquela [desta] última orientação acabam por transformar o Centro Nacional, que já tinha, inclusive, eleito deputados nas legislativas de 6 de Outubro de 1901, no Partido Nacionalista [em 1903]” (p. 321). O Autor lembra que, para Samodães, o Partido Nacionalista nasceria “da necessidade de se recuperar a organização política dos católicos como resposta ao reavivar da questão religiosa [a partir de 1901, precisamente], bem como ao acentuar da secularização da sociedade e da cultura” (p. 338).

Porém, Samodães, neste ponto, “recua” ou “avança”, passando da “inspiração” leonina para o exemplo alemão do partido confessional aberto? Ou então já percebera que os partidos não eram todos “católicos”, só por existirem num Estado ainda confessional? “Católico” significaria já muito mais do que isso... Dito de outro modo, até onde chegou a inegável modernidade de Samodães, no respeitante à relação entre Catolicismo e política?

Talvez Cordeiro Gonçalves não nos pudesse esclarecer absolutamente neste ponto, dada a informação disponível. Fica-lhe o caminho aberto para continuar um trabalho de grande valor e importância, notável contribuição para a empresa em curso de patentear a galeria de pensadores que, entre o Liberalismo e a República, mantiveram viva e fecunda a contribuição católica para a cultura e a sociedade portuguesas. Não se pode continuar a escrever a História como se eles não tivessem existido.

Manuel Clemente

FREITAS José Joaquim Sena; LANCASTER SPALDING, John – *A alta educação do Padre*. Prefácio de D. Manuel Clemente. Nova edição coordenada por José Eduardo Franco. Lisboa: Roma Editora, 2003. 168 p.

Reeditar a tradução adaptada de dois discursos do Bispo de Peoria (Illinois, USA), John Lancaster Spalding (1840-1916), sobre a educação do clero (p. 97-168), feita pela pena fecunda do P. José Joaquim de Sena Freitas (1840-1913), nos inícios do século XX, não parecia ter interesse, pois os historiadores interessados em visitar o texto gozavam de exemplares suficientes nas bibliotecas. O que adquire particular interesse é a introdução do tradutor (p. 65-95), que se propôs “nacionalizar” o texto do bispo americano. A preocupação deste “intérprete português” era sensibilizar a sua pátria para formar um clero culto, instruído, capaz de intervir nos debates das grandes questões, como o próprio Sena Freitas fazia nas frentes das várias polémicas.